

“Diferença” e integração pós-imigração¹

Tariq Modood*

Resumo: Pode ser que todas as tentativas de modelos de integração estejam em crise. Contudo, podemos ter uma ideia melhor das questões se, primeiro, reconhecermos que os discursos de integração e multiculturalismo são exercícios de conceitualização da diferença pós-imigração e que, por isso, funcionam em três níveis distintos: como sociologia (implícita), como resposta política e como visão do todo ao qual a diferença vai ser integrada. O termo “diferença” refere-se, primariamente, à forma como as pessoas são identificadas: como elas mesmas se identificam, como identificam os outros e como são identificadas pelos outros. Sugiro alguns possíveis cenários após haver identificado a “diferença de grupo” como principal conceito para entender as orientações normativas e suas sociologias implícitas, de assimilação, integração individual, cosmopolitismo e multiculturalismo. Cada modo oferece uma abordagem diferente sobre liberdade, igualdade e unidade cívica. O alargamento, a hifenização e a

¹ Agradeço aos meus colegas do projeto *New paradigms in public policy* [*Novos paradigmas em políticas públicas*], da British Academy, sobretudo a Peter Taylor Gooby, diretor, e a dois pareceristas anônimos por seus comentários em versões anteriores; e, também, a Bhikhu Parekh, Albert Weale, Geoff Levey, Nasar Meer, Varun Uberoi and Aleksandra Lewicki pelos seus respectivos comentários.

* Professor de Sociologia, Política e Políticas Públicas na Universidade de Bristol. Diretor fundador do Centro de Estudos de Etnicidade e Cidadania e um dos maiores estudiosos sobre as minorias étnicas na Grã-Bretanha. E-mail: t.modood@bristol.ac.uk.

pluralização interna das identidades nacionais são essenciais para haver uma integração na qual todos os cidadãos não somente têm direitos, mas, também, um sentimento de pertencimento ao todo, tal qual ao seu próprio “pequeno pelotão”.

Palavras-chave: Integração. Multiculturalismo. Sentimento de pertencimento.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, os Estados Unidos eram vistos como um país de diversidade racial e étnica, enquanto a Europa se considerava um continente de Estados-Nação branco. A Europa do século XXI, porém, assemelhar-se-á mais aos Estados Unidos, com uma diferença: os muçulmanos serão a principal minoria e a grande divisão, provavelmente, não será entre negros e brancos, mas sim entre cristãos seculares e muçulmanos. Qual é a forma que a integração deverá tomar nesse cenário sociopolítico? Quais as implicações para um continente que se considera secular, mas onde é comum o Estado apoiar a religião? E quais as implicações para o cristianismo na condição de marcador cultural da Europa? Sugiro alguns possíveis cenários após haver identificado a “diferença de grupo” como principal conceito a partir do qual entender as orientações normativas e suas sociologias implícitas, de assimilação, integração individual, cosmopolitismo e multiculturalismo.

2 IDENTIFICANDO A “DIFERENÇA” E REAGINDO A ELA

A necessidade de integração surge quando uma sociedade estabelecida é confrontada com algumas pessoas que são vistas

e tratadas desfavoravelmente por membros tradicionais (e que, normalmente, também se consideram “diferentes”, embora não necessariamente de forma negativa). Essa questão tende a se relacionar com várias áreas ou setores da sociedade, como desemprego, educação e habitação. Uma pessoa é integrada, por exemplo, no mercado de trabalho quando: (i) goza de igualdade de acesso ao emprego e à carreira; (ii) tem acesso à educação e à capacitação necessária para concorrer a esses empregos; e (iii) o mercado de trabalho não é segmentado em diversas partes com remunerações e condições de trabalho drasticamente distintas para pessoas com qualificações e experiência substancialmente semelhantes. Essa integração pode ser constatada particularmente em lugares onde a segmentação não se baseia, formal ou informalmente, em critérios como raça, etnia, religião, etcetera, categorias específicas da “diferença”. Essa definição não se limita apenas aos mercados de trabalho, podendo ser aplicada de forma mais generalizada.

A essência da integração é a igualdade de oportunidades em uma sociedade não segmentada na qual as pessoas não são direcionadas para um setor, ou desviadas dele, com base em critérios como raça e etnia. A integração conta com diversos componentes baseados em oportunidades de participação, os quais são específicos para cada contexto e precisam ser garantidos por lei e iniciativas de políticas públicas. Contudo, apresenta igualmente uma dimensão subjetiva e simbólica que, novamente, tem algumas características específicas do contexto, mas também caráter mais genérico ou de maiores proporções, qual seja: como uma minoria é percebida pelo resto do país e como os membros de uma minoria entendem sua relação com a sociedade. Todavia, a integração setorial, mesmo quando garantida em diversos setores, não é sinônimo de integração plena caso não haja algum grau de identificação subjetiva com a sociedade ou o com o país – o

que a Commission on Multi-Ethnic Britain (CMEB) – Comissão para uma Grã-Bretanha Multiétnica – denominou “sentimento de pertencimento”² – e a aceitação da maioria de que cada membro dessa minoria constitui um membro pleno da sociedade e tem o direito de sentir que pertence a ela.

A integração setorial e o sentimento geral de integração podem se dar em um nível individual; o indivíduo pode escolher integrar-se ou não, pode receber oportunidades de participar ou não. Meu interesse, neste trabalho, não são as escolhas e oportunidades do indivíduo propriamente ditas, mas sim como elas são vistas no nível dos grupos ou da sociedade. O sentimento de pertencimento depende de como os outros percebem e tratam uma pessoa, não somente na condição indivíduo, mas também na condição de membro de um grupo racial ou de uma comunidade étnico-religiosa. Cada área da política pública tem os imperativos e dificuldades próprias (por exemplo, questões de nível de qualificação ou segregação residencial)³, mas também existe o entendimento geral que nós, membros da sociedade, temos dela e do que significa ser membro dela – uma concepção macrossimbólica de sociedade e integração. Essa concepção dá sustentação ao entendimento popular, bem como às ideias políticas e às noções gerais dos paradigmas subjacentes às políticas

² Cf. COMMISSION ON MULTI-ETHNIC BRITAIN (CMEB) [COMISSÃO PARA UMA GRÃ-BRETANHA MULTIÉTNICA]. *The future of multi-ethnic Britain: report of the Commission the Future of Multi-Ethnic Britain*. London: Runnymede Trust, 2000.

³ Diferentes grupos podem integrar-se em diversos níveis em distintos setores. Por exemplo, na Grã-Bretanha os judeus estão altamente integrados no que se refere a emprego, mas constituem a minoria religiosa mais segregada. (Cf. PEACH, C. Muslim population of Europe: a brief overview of demographic trends and socio-economic integration. In: ANGENENDT, Steffen *et al.* *Muslim integration: challenging wisdom in Europe and the United States*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2007).

públicas. Por essa razão, uma Comissão sobre essas questões no Quebec afirmou: "O marco simbólico da integração (identidade, religião, percepção do Outro, a memória coletiva, etc.) não é menos importante do que seu marco funcional ou material"⁴. Essa é a realidade principalmente porque o sentimento de "crise" em relação ao multiculturalismo e à integração opera nesse nível macrossimbólico. Esse fato torna-se evidente quando se considera o reduzido número de políticas que têm alguma relação com integração e de fundos destinados a esse fim, em comparação com a importância que as manchetes regularmente dão a essas questões. Tendo em mente os paradigmas subjacentes às políticas públicas, de *ethos* ou orientação geral em um nível nacional, é fundamental enfocar esse nível macrossimbólico⁵.

Concebo esse sentido mais lato de integração macrossimbólica e os paradigmas subjacentes às políticas públicas com base em quatro modos de integração, resumidos na TAB. 1. São eles: assimilação, integração individual e duas versões de multiculturalismo (uma das quais chamo cosmopolitismo)⁶. Cada modo oferece uma

⁴ Cf. BOUCHARD, G.; TAYLOR, C. *Building the future: a time for reconciliation*. Quebec: Commission on Accommodation Practices Related to Cultural Differences, 2008.

⁵ Para uma visão alternativa sobre quando os conceitos gerais são confusos em um dado momento, podemos entender melhor as verdadeiras questões concentrando-nos "no dia a dia" cf. FOX, Jon; MILLER-IDRISS, C. *Everyday nationhood, Ethnicities*, New Zealand and; Bristol, UK, v. 8, n. 4, p. 536-563, 2008.

⁶ A preocupação aqui não é, fundamentalmente, a integração socioeconômica. Para esse assunto, cf. LOURY, G. C.; MODOOD, T.; TELES, S. M. (Ed.). *Ethnicity, social mobility and public policy: comparing the USA and UK*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, e HEATH, A. F.; CHEUNG, S. Y. *Unequal chances: ethnic minorities in western labour markets*. Oxford: Oxford University Press, 2007. O maior desafio, para outra ocasião, é vincular o aspecto socioeconômico a questões discutidas neste ensaio. As questões da "diferença", porém, são tão importantes quanto as socioeconômicas, no que diz respeito à cidadania igualitária e têm de ser entendidas em seus próprios termos.

abordagem diferente sobre liberdade, igualdade e unidade cívica (o que pode ser chamado de “fraternidade” ou solidariedade), que constituem os valores fundamentais da democracia europeia. Diferentes interpretações e prioridades desses conceitos sugerem paradigmas embrionários. A questão ou “problema” que esses paradigmas abordam é a “diferença” pós-imigração⁷. São pessoas marcadas pela “diferença”, que têm emigrado em grande escala para a Europa. A “diferença” não se limita ao fator migração, nem à quantidade de tempo que os migrantes e suas famílias estão na Europa, tampouco ao fato de que vêm de partes do mundo menos desenvolvidas economicamente, isto é, aspectos que podem ser identificados estrutural e quantitativamente. “Diferença” refere-se primariamente à forma como as pessoas são identificadas: como elas próprias se identificam (por exemplo, como “brancas”, “negras”, “chinesas”, “muçulmanas”, etc.), como identificam os outros (de novo como “brancas”, “negras”, “chinesas”, “muçulmanas”, etc.) e como são identificadas pelos outros (“brancas”, etc.).

Essas identidades entram no âmbito (não necessariamente sem ambiguidades ou de forma discreta) de “raça”, etnia, religião, cultura e nacionalidade como variadas formas de diferença. Indubitavelmente, algumas são classificadas ou separadas por gênero de formas específicas ou generalizáveis, mas o ponto importante de onde tudo flui é que essas identidades não podem ser reduzidas a questões socioeconômicas ou “objetivas” em termos sociológicos clássicos; as identidades implicam subjetividade e agência. Os migrantes e os “anfitriões”, ou, mais precisamente – dado que as migrações em questão aconteceram principalmente no último quarto do século XX –, as relações minoria-maioria, não podem ser entendidas sem as formas de diferença. As

⁷ Cf. MODOOD, T. *Multiculturalism: a civic idea*. Cambridge: Polity Press, 2007.

interações relevantes não podem ser explicadas, as posições dos diferentes atores não podem ser preditas (tampouco conjecturadas) e as preferências políticas não podem ser expressas sem que as formas de diferença sejam usadas explícita ou implicitamente. Os conceitos que analiso a seguir são normativos e para a elaboração de políticas públicas, porém pressupõem uma sociologia, uma compreensão de qual é o fenômeno social, o qual precisa de uma resposta política. O problema em estudo é, então, em como integrar as diferenças, sendo que, com isso, refiro-me ao processo por meio do qual a diferença deixa de ser problemática. Considerarei os quatro modos de integração resumidos na TAB. 1.

3 MODOS DE INTEGRAÇÃO

A *assimilação* ocorre quando os processos que afetam a mudança e a relação entre grupos sociais são entendidos unilateralmente. O resultado preferencial é aquele em que os recém-chegados fazem pouco para perturbar a sociedade onde estão se radicando e passam a assemelhar-se o máximo possível a seus novos compatriotas⁸. Esse conceito pode ser entendido como uma integração unilateral ou tratar-se de uma simples abordagem de *laissez-faire*, mas o Estado pode desempenhar um papel ativo na obtenção do resultado desejado, como no caso das políticas de “americanização” dos migrantes europeus nos Estados Unidos no início do século XX. O resultado desejado para a sociedade é tido como aquele que muda o mínimo possível a forma como tudo é

⁸ Quando os sociólogos norte-americanos usam o termo “assimilação”, geralmente, referem-se ao sentido que a palavra integração tem no Reino Unido, como é o caso da “assimilação segmentada” proposta por Portes e Zhou. (Cf. PORTES, A.; ZHOU, M. The new second generation: segmented assimilation and its variants. *The annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 530, p. 74-96. 1993)

feito para a maioria do país, incluindo suas políticas institucionais. Entende-se, também, que, ao apagar as diferenças, impede-se que se criem raízes para ocasiões de discriminação e conflito. Desde a década de 1960, começando nos países anglófonos e espalhando-se depois para outros, a assimilação como política pública passou a ser vista como impraticável (principalmente para aqueles que se destacam por sua aparência física), iliberal (exige muita intervenção do Estado) e desigual (considera os cidadãos indígenas como padrão a ser seguido pelos outros). Em 1966, Roy Jenkins, Ministro do Interior do Reino Unido, declarou que, para o governo britânico, a integração “não é um processo nivelador de assimilação, mas sim a promoção de oportunidades iguais acompanhadas de diversidade cultural em uma atmosfera de tolerância mútua”⁹. Embora o termo “assimilação” tenha sido substituído por “integração”, ainda assim alguns políticos, quando usam o termo “integração” atualmente, referem-se, conscientemente ou não, ao que foi definido aqui como assimilação. Por essa razão, a utilização desses termos no discurso público não deve ser entendida por seu valor de face, devendo ser examinada de forma crítica.

Nos três modos de integração não assimilativa, os processos de interação social são vistos como bidirecionais, sendo necessário que tanto os membros da comunidade majoritária como os imigrantes e as minorias étnicas façam algo; por essa razão, não se pode culpar unicamente estes últimos por não se integrarem, ou não tentarem integrar-se. A sociedade estabelecida é o lugar onde as instituições estão localizadas – incluindo empresas, a sociedade civil e o Estado – e onde a integração tem que ocorrer; por isso, é ela quem tem que tomar a iniciativa. Os direitos e oportunidades dos (possíveis) novos cidadãos devem ser efetivados por meio de leis e políticas antidiscriminatórias. Precisamos, porém, fazer a

⁹ JENKINS, R. Racial equality in Britain. In: LESTER, A. (Ed.). *Essays and speeches by Roy Jenkins*. London: Collins, 1967. p. 267.

distinção entre *integração individualista* e *multiculturalismo*. Na primeira os ajustes institucionais em relação aos migrantes ou minorias são vistos apenas como reivindicações individuais para a obtenção de direitos iguais como cidadãos¹⁰. As comunidades minoritárias podem existir como associações privadas, mas não são reconhecidas nem apoiadas na esfera pública.

O *multiculturalismo* acontece quando os processos de integração são considerados bidirecionais, envolvendo grupos e indivíduos e funcionando de formas diferentes para grupos diferentes¹¹. Partindo desse princípio, cada grupo é distinto e, conseqüentemente, a integração não pode consistir em um modelo apenas (daí o prefixo "multi"). O "culturalismo" – que é um termo de forma alguma feliz, no que diz respeito tanto ao radical "cultura" como ao sufixo "ismo" – significa que os grupos em questão, provavelmente, não são marcados pela novidade, pelo fenótipo ou pela posição socioeconômica, mas por certas formas de identidade grupal. A integração dos grupos vai além da integração dos indivíduos, de medidas antidiscriminatórias e de uma estrutura sólida de direitos individuais. O multiculturalismo, como a maioria dos conceitos, assume diferentes formas em diferentes contextos e em ocasiões diferentes. Por exemplo, na Holanda esse termo é entendido de forma diferente na Grã-Bretanha¹² e no Quebec é entendido distintamente em comparação ao Canadá anglófono¹³. O significado de qualquer forma de integração está sujeito a debate

¹⁰Cf. BARRY, B. *Culture and equality: an egalitarian critique of multiculturalism*. Cambridge: Polity, 2001.

¹¹Cf. CMEB 2000; PAREKH, B. C. *Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2000; Modood 2007.

¹²Cf. JOPPKE, C. *Citizenship and immigration*. Cambridge: Polity Books, 2010; KOOPMANS, R. *et al. Contested citizenship: immigration and cultural diversity in Europe*. Mineapolis: University of Minesota Press. 2005.

¹³Cf. BOUCHARD; TAYLOR, 2008, cap. 6.

e a contestação, e os autores originais de políticas públicas voltadas para a integração podem adotar inicialmente certo sentido, como Roy Jenkins fez em relação à raça e à cultura, e outros, incluindo os novos participantes do debate, podem, em seguida, dar-lhes força e expandi-los em outras direções – por exemplo, fazendo da religião um tema central, como os muçulmanos na Grã-Bretanha têm feito¹⁴.

Assim como em outras formas de integração, um dos temas centrais do multiculturalismo é o conceito de igualdade. A diferença fundamental entre integração individualista e multiculturalismo é que os conceitos de grupo e de “multi” são indispensáveis ao segundo. As minorias pós-imigração são grupos que se distinguem da sociedade majoritária ou da norma da sociedade por dois tipos de processos. De um lado, tem-se a “diferença” negativa na forma de alienação, rebaixamento, estigmatização, estereotipação, exclusão, discriminação, racismo, etc. Do outro, tem-se o sentido de identidade que os grupos assim percebidos têm de si mesmos. Os dois juntos formam os dados essenciais do multiculturalismo. As diferenças em questão são aquelas percebidas tanto por pessoas de fora como pelos membros dos próprios grupos – de fora para dentro e de dentro para fora – que constituem não somente uma forma de distinção, mas também uma forma de alienação ou de inferioridade que diminui ou dificulta a integração igualitária na sociedade geral ou na organização política.

Recentemente, o multiculturalismo foi definido da seguinte forma: “Onde as minorias étnico-culturais-religiosas são, ou são tidas como, comunidades bastante distintas e onde as políticas públicas encorajam essa distinção”¹⁵. Essa, porém, é apenas uma

¹⁴Cf. MODOOD, T. *Multicultural politics: racism, ethnicity and muslims in Britain*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

¹⁵Cf. EMERSON M. (Ed.). *Interculturalism: Europe and its muslims in search of sound societal models*. Bruxelas: The Centre for European Policy Studies (CEPS), 2011.

terça parte da definição. O multiculturalismo permite que aqueles que desejam encorajar tal distinção o façam, mas, ao mesmo tempo, procura formas de união social que sejam compatíveis com essa diferenciação, o que Hartmann e Gerteis¹⁶ chamam de “novas concepções de solidariedade”, com base em um conceito de igualdade¹⁷. Cada forma de integração deve ser entendida em termos de sua interpretação de escolha, igualdade e fraternidade. As caracterizações de multiculturalismo que restringem sua ênfase à união são extremamente comuns, mas incompletas.

4 ESCLARECENDO NOÇÕES DE MULTICULTURALISMO E INTEGRAÇÃO

Assim, a aceitação multicultural das minorias é diferente da integração individualista, visto que aquela reconhece expressamente a realidade social dos grupos, não somente de indivíduos e organizações. Contudo, o significado de “realidade social dos grupos” ou “grupalidade” aqui pode ser consideravelmente complexo, e noções de grupo como populações discretas, homogêneas, imutáveis e delimitadas não são realistas quando se trata de reconhecimento multicultural¹⁸. Essa reflexão nos leva ao cosmopolitismo.

O *cosmopolitismo* surge ao aceitar-se o conceito de diferença – criticando-se ao mesmo tempo, ou dissolvendo-se – o conceito

¹⁶Cf. HARTMAN, D.; GERTEIS, J. Dealing with diversity: mapping multiculturalism in sociological terms. *Sociological Theory*, Washington, DC, v. 23, n. 2, p. 218-240, jun. 2005.

¹⁷Cf. BOUCHARD; TAYLOR, 2008.

¹⁸Cf. MODOOD, 2007, p. 93-97. “O grupo étnico na sociedade norte-americana não se tornou um sobrevivente da era da emigração em massa, mas sim uma nova forma social.” (GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Beyond the melting pot: the negroes, puerto ricans, jews, italians and irish of New York City*. Cambridge MA: The MIT Press and Harvard University Press, 1963. p. xvii)

de grupos¹⁹. Diferenças de opinião sobre em que medida existem e/ou devem existir grupos pós-imigração e em que medida se deve lhes dar *status* político significam que existem dois tipos de multiculturalismo²⁰. Embora um deles ou ambos sejam referidos no discurso público, bem como no meio acadêmico, como multiculturalismo e muitas vezes sem se reconhecer completamente que duas ideias diferentes estão sendo expressas, reservo o termo “multiculturalismo” para a postura sociológica e política na qual os grupos são um elemento fundamental²¹.

¹⁹Cf. WALDRON, J. Minority cultures and the cosmopolitan alternative. *University of Michigan Journal of Law Reform*, Michigan, v. 25, p. 751-793, 1991. Aqui não me refiro à ideia de que deveria haver um governo mundial nem mesmo à opinião ética de que o indivíduo deveria ser um cidadão do mundo. Estou caracterizando uma forma de integração dentro de um país que enfatiza a mescla de pessoas do mundo inteiro, como é o caso da expressão “Londres é uma cidade cosmopolita”. Às vezes os sociólogos britânicos usam o termo “multicultura”, o qual, obviamente, não transitou para o discurso público. Foi-me sugerido que o termo “interculturalismo” cabe melhor aqui, mas no local onde ele é mais utilizado no âmbito da política nacional, o Quebec, seu sentido aproxima-se mais do que eu chamo aqui de “integração individualista”. Em termos gerais, não está claro se “interculturalismo” inclui alguma coisa que não seja ou não possa ser incluída no multiculturalismo (cf. MEER, N.; MODOOD, T. How does interculturalism contrast with multiculturalism? *Journal of Intercultural Studies*, v. 33, n. 2, 2012, p. 175-197, 2012. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/ethnicity/documents/interculturalism.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013. Considerei, também, o termo “diversidade”, mas é ou muito descritivo e genérico, e não escolhe um modo de integração, ou foi apropriado pelos profissionais de recursos humanos no termo “gestão da diversidade”.

²⁰Cf. MODOOD, T. Anti-essentialism, multiculturalism and the ‘recognition’ of religious minorities. *Journal of Political Philosophy*, Estados Unidos, v. 6, n. 4, p. 378-399, 1998. Disponível em: <<http://www.wiley.com/bw/journal.asp?ref=0963-8016>>. Acesso em: 21 de junho de 2013; MEER, N.; MODOOD, T. The multicultural state we’re in: muslims, ‘multiculture’ and the ‘civic rebalancing’ of British multiculturalism. *Political Studies*, Londres, v. 57, p. 473-497, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9248.2008.00745.x/full>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

²¹É assim que o termo tem sido utilizado pelos principais teóricos políticos, como C. Taylor (C. TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, A.

Os casos em que a “diferença” é positivamente valorizada (ou aceita de forma pragmática) mas nega-se que os grupos existem ou, alternativamente, que existem mas não devem ser politicamente reconhecidos são aqui abordados como cosmopolitismo. O argumento é que, nas fases iniciais de migração e colonização – principalmente quando existe um histórico de racismo, colonialismo e supremacia europeia –, formas de exclusão social criam ou reforçam certos tipos de grupalidade, como branco e preto. Entretanto, como resultado da mescla social, do compartilhamento cultural e da globalização em que identidades dominantes da modernidade (*e.g.*, raça e nação) vêm sendo dissolvidas, as pessoas têm identidades muito mais fluidas e múltiplas, combinando-as de formas individuais e usando-as de maneira sensível ao seu contexto²². Por exemplo, as formas como os cidadãos britânicos de origem caribenha se mesclaram socialmente em uma “multicultura” e buscaram o convívio e a sociabilidade, em vez de comunidades separadas, talvez não sejam plenamente entendidas como uma forma de integração individualista²³. Embora permaneçam economicamente marginais e sejam excessivamente destacadas no que se refere aos problemas sociais associados aos subúrbios, tornaram-se um aspecto da cultura popular em termos de música, dança, estilos juvenis e esporte, nos quais têm sido significativamente super-representados²⁴. Na mesma medida em

(Ed.). *Multiculturalism and “the politics of recognition”*: an essay. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 25-73), W. Kymlicka (cf. KYMLICKA, W. *Multicultural citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995) e Parekh (2000) e pelo governo canadense; também condiz com o CMEB (2000) e outros expoentes do multiculturalismo. Cf. MODOOD, 2007, p. 14-20 para maiores detalhes.

²²Cf. HALL, S. *New ethnicities*. In: DONALD, J.; RATTANSI, A. (Ed.). *“Race”, culture and difference*. London: Sage, 1992a. p. 252-259.

²³Cf. GILROY, P. *Between camps: race, identity and nationalism at the end of the colour line*. London: Allen Lane, 2000.

²⁴Cf. HALL, S. *Aspiration and attitude: reflections on black Britain in the nineties*. *New Formations*, Londres, v. 33, p. 38-46, 1998.

que as equipes de futebol, as Olimpíadas e programas de televisão como *The X Factor* ocupam uma posição central na identidade popular e nacional, as pessoas de origem caribenha são colocadas no centro do imaginário britânico. Além disso, a Grã-Bretanha e a maioria dos outros países da Europa Ocidental vêm registrando uma nova onda de imigração, inclusive de indivíduos oriundos da própria União Europeia. Dada a diversidade dos lugares de origem dos imigrantes, o resultado, defende-se, não serão comunidades, mas sim uma inflação de línguas, etnias e religiões, todas elas interferindo umas nas outras e criando uma “superdiversidade”²⁵. Esse fenômeno, possivelmente, está estabelecendo um padrão para o futuro que poderá ser associado a um novo argumento de que a globalização, a migração e as telecomunicações têm criado populações dispersas em diversos países que interagem mais entre si e têm maior sentimento de lealdade umas para com as outras do que talvez para com seus concidadãos.

QUADRO 1

Quatro modos de integração*

	<i>Assimilação</i>	<i>Integração individualista</i>	<i>Cosmopolitismo</i>	<i>Multiculturalismo</i>
<i>Objetos de políticas públicas</i>	Indivíduos e grupos marcados pela “diferença”.	Indivíduos marcados pela “diferença”, principalmente pela forma discriminatória como são tratados por práticas do Estado e da sociedade civil.	Indivíduos marcados pela “diferença”, principalmente pela forma discriminatória como são tratados por práticas do Estado e da sociedade civil, e por ideias sociais, principalmente de “nós” e “eles”.	Indivíduos marcados pela “diferença”, principalmente pela forma discriminatória como são tratados por práticas do Estado e da sociedade civil, e por ideias sociais, principalmente de “nós” e “eles”.

continua...

²⁵Cf. VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, Londres, v. 30, p. 1.024-1.054, 2007.

	<i>Assimilação</i>	<i>Integração individualista</i>	<i>Cosmopolitismo</i>	<i>Multiculturalismo</i>
<i>Liberdade</i>	As minorias têm que ser incentivadas a conformar-se com o padrão cultural dominante.	As minorias têm a liberdade de assimilar ou cultivar as suas identidades no âmbito privado, mas são desencorajadas a se considerarem minorias, devendo, em vez disso, se conceberem como indivíduos.	Nem os indivíduos pertencentes a minorias nem aqueles pertencentes às majorias devem considerar-se membros de uma única identidade, mas mesclar-se e unir-se livremente.	Os membros das minorias devem ter a liberdade de se integrarem ao povo, de se misturarem, de se combinarem ou participarem dos grupos como bem quiserem.
<i>Igualdade</i>	A presença do diferente causa discriminação e, assim, deve ser evitada.	O comportamento discriminatório deve ser ativamente eliminado para que todos sejam tratados como indivíduos e não com base nas diferenças.	O combate à discriminação deve ser acompanhado pela deposição da cultura dominante.	Além do combate à discriminação, a esfera pública deve acolher a presença de novas identidades e normas grupais.
<i>Fraternidade</i>	Uma forte identidade nacional homogênea.	Ausência de discriminação e estímulo à autonomia individual dentro da cidadania democrática nacional e liberal.	As pessoas devem ter a liberdade de se unirem além de fronteiras comunitárias e nacionais e devem considerar-se cidadãs globais.	Os conceitos de cidadania e identidade nacional precisam ser alterados para que possam incluir identidades grupais que sejam importantes para as minorias e também para as majorias; a relação entre grupos deve ser dialógica, em vez de se basear na uniformidade e dominação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

* Em todos os casos, presume-se que se tem um contexto claro de direitos e valores liberais e democráticos, e o que se destaca aqui são questões que se adicionam ou interagem com esses direitos e valores.

De que formas o cosmopolitismo vai além da integração individualista? Primeiramente não como política, mas como *ethos*: devemos valorizar a diversidade e criar as condições em que

possa ser escolhida individualmente. Devemos opor-nos a todas as formas de imposição de identidades grupais sobre os indivíduos e, portanto, a ideias, imagens e preconceitos que inferiorizem os indivíduos ou os retratem como ameaça e conseqüentemente os rejeitem como membros integrantes da sociedade. Além disso, não devemos exigir que esses indivíduos assimilem ou se conformem com as normas dos grupos dominantes. Exigir, porém, que façam parte da comunidade pode também oprimi-los e lesar-lhes as oportunidades na vida²⁶.

Identidades herdadas ou atribuídas que agrupam e rotulam as pessoas de acordo com categorias que não são da escolha delas e lhes dão um roteiro de vida a seguir devem ser refutadas (o que é frequentemente denominado na literatura como “transgressão de limites”). Não somente reduzem as opções do tipo de pessoa que alguém pode ser, mas também dividem a sociedade em grupos antagônicos²⁷. O cosmopolitismo é uma concepção de multiculturalismo como liberdade máxima para que tanto os indivíduos das minorias como os das maiorias se misturem, tomem características emprestadas uns dos outros e aprendam com todos (quer os outros sejam ou não do seu grupo), para que identidades individuais sejam amálgamas pessoais de informações e características de vários grupos e heranças culturais e não haja uma identidade social dominante à qual todos devem conformar-se. O resultado é uma sociedade composta por uma mistura de culturas, uma “multicultura”.

²⁶Cf. APPIAH, K. A. Identity, authenticity, survival: multicultural societies and social reproduction. In: GUTMANN, A. (Ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p.149-164.

²⁷Os expoentes britânicos dessa opinião tendem, contudo, a incluir algumas identidades comuns em uma posição normativa e privilegiada. É o caso, sobretudo, de escuridão política e, até certo ponto, de identidades políticas não culturais e não religiosas (Cf. MODOOD, T. Political blackness and british asians. *Sociology*, v. 28, n. 4, p. 859-876, 1994)

Embora seja uma imagem atraente da sociedade contemporânea e combine bem as ideias de democracia liberal, representa apenas em parte mesmo a Londres de hoje, por exemplo, e muito menos ainda múltiplas partes da Grã-Bretanha e da Europa Continental. Em algumas cidades, como no norte de Inglaterra, não existe uma diversidade de grupos, mas, frequentemente, apenas dois (por exemplo, muçulmanos asiáticos e brancos); os indivíduos das minorias não se misturam ou combinam com outras identidades, mas têm uma forte ligação com uma ou mais identidades. Por exemplo, os muçulmanos britânicos, em sua maioria, parecem considerar-se “muçulmanos” e/ou britânicos (normalmente ambos)²⁸; e o fato de a superdiversidade estar emergindo lado a lado com o fato das comunidades estabelecidas, principalmente pós-coloniais, em vez de substituí-las. São comunidades que têm uma relação histórica particular com a Grã-Bretanha e que têm um significado político.

Semelhantemente, existem outras comunidades em outros países europeus que têm seu próprio significado histórico, como é o caso dos magrebes, na França, e dos turcos, na Alemanha. Além disso, alguns grupos continuam sendo muito maiores do que outros e se destacam como grupos – aos próprios olhos e aos olhos dos outros – e estão no centro do debate e das políticas públicas, principalmente se existir a opinião de que não estão se integrando. Os muçulmanos, por exemplo, parecem estar nessa categoria em grande parte da Europa Ocidental, independentemente do grau de convívio ou de superdiversidade que possa estar presente.

Isso não quer dizer que essas identidades minoritárias sejam exclusivas. Sucessivas pesquisas têm revelado que a maioria dos

²⁸Cf. TRAVIS, A. *The need to belong: but with a strong faith*. 2002. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/uk/2002/jun/17/september11.religion1>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

muçulmanos na Grã-Bretanha identifica-se com o fato de serem muçulmanos, mas a maioria deles identifica-se, também, com o fato de serem britânicos. Na verdade, existe maior probabilidade de se identificarem com o fato de serem “britânicos” e maior probabilidade de alegarem que confiam em instituições britânicas essenciais do que os não muçulmanos²⁹. Gallup³⁰ constatou a mesma situação na Alemanha, embora menos na França, apesar de o Pew Research Center³¹ ter encontrado índices muito mais elevados de identificação nacional na França do que em outros países da Europa Ocidental. Identidades hífenizadas pós-imigração, como a britânico-indiana, tornaram-se tão comuns na Inglaterra como o são há décadas nos Estados Unidos. Semelhantemente, ligações diásporas, como as supradescritas, certamente existem e provavelmente aumentarão, mas o resultado líquido não é uma erosão inevitável da cidadania nacional – africano-caribenhos britânicos e sul-asiáticos têm parentes em seus países de origem e nos Estados Unidos e Canadá, mas existe pouca evidência de que a maioria das ramificações dessas famílias não se sinta britânica, norte-americana ou canadense.

Assim, uma diferença importante entre os conceitos de integração individualista e multiculturalismo é que, para este, os grupos em questão – as minorias pós-imigratórias – não são

²⁹HEATH, A.; ROBERTS, J. *British identity: its sources and possible implications for civic attitudes and behaviour*. 2008. Disponível em: <<http://www.justice.gov.uk/docs/british-identity.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

³⁰GALLUP: The Gallup coexist project: muslim west facts Project, 2009. Disponível em: <http://www.euro-islam.info/wp-content/uploads/pdfs/gallup_coexist_2009_interfaith_relations_uk_france_germany.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013.

³¹Cf. PEW RESEARCH CENTER *The great divide: how westerners and muslims view each other*. 2006. Disponível em: <<http://pewglobal.org/2006/06/22/the-great-divide-how-westerners-and-muslims-view-each-other>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

de um tipo só, mas sim “multi”. Por exemplo, algumas pessoas identificam-se com sendo de uma cor, como “negro”, mas existem outras para as quais a identidade de origem nacional (como “turco”), ou a herança regional (como *bérber*), ou a identidade religiosa (como *sikh*), pode fazer muito mais sentido e expressar formas de orgulho comunitário e étnico que lutam por reconhecimento e inclusão. E, claro, essas identidades minoritárias interagem com identidades sociais mais amplas – “mulher”, “classe operária”, “londrino”, “britânico” – de maneiras distintas, expressando as diferentes experiências, localizações e aspirações de diferentes grupos. Por isso, os modelos alternativos de multiculturalismo, tanto o cosmopolitismo como o que se pode chamar “comunitarismo étnico-religioso”, para o qual estou reservando o termo “multiculturalismo”, têm algum fundamento e respondem às aspirações de alguns grupos minoritários. Nem um nem outro funcionam como modelo sociológico ou político abrangente, devendo ser vistos como complementares³². Além disso, embora o reconhecimento de grupos étnicos e religiosos tenha uma dimensão jurídica, a maior parte das vezes esse multiculturalismo acontece no nível de consultas cívicas, participação política, políticas institucionais (por exemplo, escolas e hospitais), representações discursivas, principalmente em relação às mudanças nos discursos sobre unidade societal ou identidade nacional e sua recriação.

Independentemente de quão formal ou informal seja o reconhecimento das identidades minoritárias dessa forma, direcionadas pelo Estado ou pelas instituições semiautônomas da sociedade civil, ele não põe em causa, e muito menos substitui, os direitos dos indivíduos e as dimensões compartilhadas de cidadania. Contudo,

³²Cf. MODOOD, 1998; CMEB 2000; MODOOD, T.; DOBBERNACK J. A left communitarianism? What about multiculturalism? *Soundings*, Bristol, n. 48, p. 54-64, 2011.

pode existir a preocupação genuína de que alguns grupos em um dado momento e em algumas áreas estejam se tornando muito introspectivos. Quando a preocupação é, primariamente, a falta de mescla e interação positiva entre os grupos no nível local, uma resposta apropriada pode ser a tomada de medidas que favoreçam a coesão entre as comunidades. Por exemplo, uma escola cristã pode oferecer vagas a indivíduos não cristãos ou trabalhar em conjunto com uma escola não cristã³³. Quando a preocupação é relativa a autoconcepções e discursos mais generalizados, a questão é de identidade nacional ou societal. Embora essa introspecção nunca tenha feito parte de qualquer teoria ou política de multiculturalismo, está claro que se trata da preocupação fundamental dos críticos do multiculturalismo, muitos dos quais chegam a definir o multiculturalismo em termos de tal separatismo³⁴. Por conseguinte, é importante enfatizar que o multiculturalismo é uma forma de integração e que deve ser examinado como possível causa de exclusão e segregação, da mesma forma que se examina a hostilidade contra as minorias ou outras formas de integração³⁵.

³³Cf. CANTLE, T. *Community cohesion: a report of the independent review team*. London: Home Office, 2001.

³⁴Uma análise da literatura norte-americana no âmbito das ciências sociais mostra que “o conceito mais comum de multiculturalismo nos círculos acadêmicos e no discurso popular é negativo, tendo a ver com o que multiculturalismo não é ou com aquilo a que ele se opõe. O termo “multiculturalismo”, empregado desta forma, representa heterogeneidade em vez de homogeneidade, diversidade em contraponto a unidade. (Cf. HARTMAN; GERTEIS, 2005, p. 219) Os autores constataram que se olhassem para os expoentes, e não para os críticos, do multiculturalismo, essas dicotomias simplistas seriam insustentáveis e concluíram que “o multiculturalismo é mais bem entendido como projeto crítico-teórico, um exercício de cultivação de novos conceitos de solidariedade em um contexto em que se lida com as realidades de uma diversidade generalizada e cada vez maior em sociedades contemporâneas. (Cf. HARTMAN; GERTEIS, 2005, p. 221-222)

³⁵Cf. BANTING, K.; KYMLICKA, W. *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

5 FORMAS QUE EVIDENCIAM QUE O MULTICULTURALISMO NÃO MORREU

Esse esclarecimento do que quero dizer com “multiculturalismo” também serve para entender aqueles que dizem que o multiculturalismo fracassou³⁶ ou morreu³⁷. Pode ser que a intenção desses indivíduos seja apoiar a assimilação, a integração individual ou o cosmopolitismo. Ao mesmo tempo, eles reconhecem e possivelmente reforçam a realidade social de diferença do grupo, pois queixam-se de que alguns grupos (principalmente os muçulmanos) são claramente visíveis como grupos distintos quando não deveriam sê-lo; essas pessoas atribuem tal fato à tendência separatista dos grupos, encorajada por alegadas políticas multiculturalistas. Portanto, por mais paradoxal que pareça ser, os ferrenhos críticos do multiculturalismo geralmente usam a sociologia do multiculturalismo ao mesmo tempo em que rejeitam suas dimensões políticas. Se eles achassem que esses grupos eram meros produtos de estereótipos e exclusão (no sentido de que os grupos “raciais” são produto do racismo) ou que, acima de tudo, tinham caráter socioeconômico (talvez fossem uma “fração” da classe trabalhadora), estariam, então, em desacordo sociológico com os multiculturalistas. A ironia é, claro, que o discurso acusatório de que “alguns grupos não estão se integrando” talvez esteja reforçando identidades grupais e, portanto, contribuindo

³⁶Cf. WELDON, F. *Sacred cows*. London: Chatto & Windus, 1989, e PRESSEUROP *Mutti Merkel handbags Multikulti* 2010. Disponível em: <<http://www.presseurop.eu/en/content/article/364091-mutti-merkel-handbags-multikulti>>. Acesso em: 28 mar. 2011, para o discurso de Angela Merckel sobre o fracasso do *multikulti*.

³⁷Cf. CAMERON, D. *PM's speech at Munich Security Conference*. 2011. Disponível em: <<http://www.number10.gov.uk/news/speeches-and-transcripts/2011/02/pms-speech-at-munich-security-conference-60293>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

para as condições sociais que concedem ao multiculturalismo uma pertinência sociológica. Por outro lado, uma sociologia que marginaliza as etnias em favor de, digamos, indivíduos, classes e gêneros se encaixaria melhor nas políticas antimulticulturalistas, mas pode ser incapaz de explicar ou predizer a realidade social relevante. Nossa orientação normativa – individualista ou multiculturalista –, além de nos parecer uma sociologia ideal, também se mostra como política viável porque essa sociologia é, na maioria das vezes, correta³⁸.

Além disso, não é só no nível da sociologia que os antimulticulturalistas usam ideias multiculturalistas; muito embora façam um discurso antimulticulturalista, eles podem implementar políticas multiculturalistas. Por exemplo, podem continuar consultando, representando e acomodando grupos. Na verdade, isto está sendo feito com maior frequência. O governo britânico achou necessário aumentar a escala e o nível de deliberações com os muçulmanos desde o 11 de setembro e, insatisfeito com o número de organizações existentes, procurou aumentar o número

³⁸ A igualdade é, evidentemente, um conceito normativo, e não mero conceito estatístico ou analítico. É um dos conceitos organizacionais das ciências sociais não somente no aspecto das relações minoria-maioria, mas também, por exemplo, no que diz respeito a classe e gênero. As ciências sociais não precisam de uma resolução dos debates normativos para prosseguir; uma boa parte da pesquisa e análise pode ser efetuada deixando em suspenso as questões normativas; não obstante, sem conceitos como igualdade social os cientistas não saberiam o que procurar para responder a perguntas, como: “Quais são as causas da desigualdade?” ou “A Inglaterra está ficando mais, ou menos, igualitária?” As questões normativas podem ser evitadas em relação a determinado projeto de pesquisa, mas ainda assim são constitutivas, para não dizer significativas, de diversos campos de investigação. Da mesma forma que um *software* pode ser projetado para processar dados de acordo com certos parâmetros analíticos, um projeto de pesquisa “positivista” pode ser conduzido sem fazer perguntas normativas. Da mesma forma, porém, que o *software* só pode ser projetado por alguém com um modelo analítico em mente, o modelo analítico pressupõe um conceito normativo contextual sem o qual não poderia começar.

de interlocutores organizados e de canais de comunicação. Países e governos antimulticulturalistas confessos têm se esforçado por aumentar o corporativismo na prática, como é o caso do *Conseil Français Du Culte Musulman* criado por Nicholas Sarkozy em 2003 para representar todos os muçulmanos perante o governo francês em questões de culto e rituais; e do *Islamkonferenz* na Alemanha criado em 2005, um organismo de caráter exploratório que conta com uma vasta agenda política. Em parte, esses organismos são esforços verticais (“de cima para baixo”) para controlar os muçulmanos, para canalizá-los em certas formações e afastá-los de outras; tais processos institucionais, porém, não podem ser entendidos no quadro conceitual de assimilação, integração individual e cosmopolitismo.

Existe, sem dúvida, uma nova intolerância em relação a certas práticas muçulmanas (por exemplo, o uso da burca) que está levando a novas leis e políticas em partes da Europa (embora ainda não na Grã-Bretanha). A questão é que não parece que estamos testemunhando uma mudança de paradigmas; por exemplo, de integração pluralista para integração individualista. Os antimulticulturalistas podem não apenas estar apontando para a visibilidade de grupos como os muçulmanos, mas também estar expressando o ponto de vista de que a participação desses grupos na vida comum ou na partilha de valores comuns é insuficiente. O que quero dizer é que algumas das medidas às quais se tem recorrido não são compatíveis com assimilação ou individualismo, mas reconhecem a realidade social e o significado político dos grupos. Talvez se pense que estou aqui obscurecendo a diferença fundamental entre multiculturalismo e sua crítica política; ou seja, que esta, mas não aquela, enfatiza a integração em uma vida comum. Mas o que eu contesto é o seguinte: nos escritos de teóricos importantes, como Taylor³⁹,

³⁹Cf. TAYLOR, 1994, 2008.

Kymlicka⁴⁰, Parekh⁴¹ e Phillips, e em documentos, leis e políticas relevantes do Canadá, da Austrália e da Grã-Bretanha, o multiculturalismo visa à integração⁴². A diferença para os antimulticulturalistas não está na integração como meta, mas, antes de tudo, no entendimento normativo do que é integração. Tenho procurado ressaltar esse conceito fazendo referência a interpretações alternativas e priorizando os conceitos normativos de liberdade, igualdade e fraternidade (resumidos no QUADRO 1). Em segundo lugar, existem opiniões diferentes sobre contextos e o que produz resultados e, de forma mais geral, sobre como a sociedade funciona ou sobre sociologias implícitas, como tenho chamado.

A estrutura analítica oferecida ajuda-nos, também, a entender aqueles que dizem abraçar a diversidade, mas parecem concordar com as críticas ao multiculturalismo. Normalmente, os críticos do multiculturalismo apontam para a identificação pública de fortes identidades grupais para mobilizarem um grupo que consiga obter certas políticas e/ou exigir um tratamento diferenciado. Às vezes aqueles que lhes respondem apontam para a forma como o multiculturalismo está funcionando no seu bairro, que, dizem, é multiétnico, com as pessoas não somente vivendo pacificamente lado a lado, mas, também, misturando-se à vontade, sendo essa mistura valorizada acima do monoculturalismo. Contudo, tais opiniões não significam apoio a fortes identidades grupais e políticas relacionadas; pelo contrário, seu sucesso

⁴⁰Cf. KYMLICKA, 2008.

⁴¹Cf. PAREKH, 2000.

⁴²Cf. MODOOD, 2007, p. 14-20, para detalhes.

⁴³Daí a ironia de antimulticulturalistas como o presidente Sarkozy quererem criar representações corporativas para os muçulmanos na França, enquanto os autores que defendem a diversidade sugerem a cessação das reuniões do governo com os líderes da comunidade muçulmana (Cf. SEN, A. *Identity and violence*).

pode ser considerado dependente da ausência dessas políticas⁴³. Embora seja em si uma resposta razoável *per se*, não satisfaz as críticas ao multiculturalismo e, de fato, pode partilhar delas. O multiculturalismo baseado em grupos deixou de ser bem-visto e é isso o que os críticos pretendiam, embora isso seja ocultado pelo fato de que o que eu chamo de “cosmopolitismo” é frequentemente chamado de “multiculturalismo” por seus defensores.

Por exemplo, tem-se afirmado que a maioria dos australianos aprova o multiculturalismo. De fato, eles o veem como um dos aspectos da identidade do país, porém como “uma mistura de indivíduos em vez de um conjunto de grupos”⁴⁴. Um multiculturalismo baseado em grupos não é visto com tão bons olhos como o cosmopolitismo, mas o que temos de considerar é o seguinte: será que é possível obter uma integração de todas as formações pós-imigratórias sem o cosmopolitismo⁴⁵? Aliás, um multiculturalismo baseado em grupos em que a participação no grupo é voluntária pode fazer parte do futuro de forma não intencional, pois é altamente compatível com a visão de “Grande Sociedade” do Primeiro-Ministro Cameron. Nela, associações da sociedade civil fundamentadas em lugar e em credo – o que inclui grupos inter-religiosos – assumem algumas responsabilidades desenvolvidas atualmente por organismos do Estado. Se grupos como os *sikhs*, hindus e muçulmanos devem ser parceiros do governo na sociedade civil e se lhes devem ser atribuídos recursos em tal condição, é difícil ver como a nova Grande Sociedade

Londres: Allen Lane, 2006; MALIK, K. I am still a critic of multiculturalism, honest. *Pandemonium*, 2011. Disponível em: <<http://kenanmalik.wordpress.com/2011/02/10/still-a-critic-of-multiculturalism/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

⁴⁴BRETT, J.; MORAN A. Cosmopolitan nationalism: ordinary people making sense of diversity. *Nations and Nationalism*, Oxford, v. 17, p. 188-206, 2011. p. 203.

⁴⁵MODOOD, 1998, 2007.

rompe com o que foi rejeitado como “multiculturalismo do Estado”⁴⁶.

Esta análise de ideias macrossimbólicas e paradigmas políticos relacionados, cada qual consistindo em um modelo de sociedade e ideias políticas normativas, inclui um sentido de unidade ou de fraternidade. Isto porque os modos de integração não se limitam apenas à sociologia (o primeiro nível) ou à política (o segundo nível), mas também incluem ideias, por mais incipientes que sejam, de nós mesmos como unidade social (como figura na parte inferior da QUADRO 1). Para os assimilacionistas, isso consiste em uma identidade nacional forte e homogênea. A integração individualista enfatiza o caráter liberal e democrático da organização política nacional. O cosmopolitismo não conjuga muito bem com o nacional; é uma identidade que exige lealdade de todos os cidadãos, embora ao mesmo tempo crie fronteiras entre nós e o resto do mundo. Com o multiculturalismo vem uma visão positiva do todo que foi refeito para incluir aqueles anteriormente excluídos ou marginalizados, em uma base de igualdade e sentimento de pertencimento. É nesse nível que podemos falar plenamente de integração multicultural ou cidadania multicultural⁴⁷. Esse terceiro nível de multiculturalismo, que incorpora o fato sociológico de diversidade, grupalidade e exclusão, mas que vai além de direitos individuais e acomodação política, é talvez o que tem sido menos enfatizado. Ou pelo menos essa é a visão de muitos que entendem o multiculturalismo, ora polêmico, ora sincero, como incentivo à diferença das minorias sem ao mesmo tempo enfatizar as semelhanças transversais e ter em vista um bem maior. Isso tem suscitado muitos críticos e políticos a falar de multiculturalismo como um fator que promove divisão e segregação.

⁴⁶Cf. CAMERON, 2011.

⁴⁷Cf. TAYLOR, 1994; PAREKH, 2000; MODOOD, 2007.

Teóricos do multiculturalismo como Taylor⁴⁸ e Parekh⁴⁹ associaram documentos normativos, como o relatório da CMEB⁵⁰ e leis como as vigentes no Canadá e na Austrália – países universalmente considerados pioneiros e exemplos de multiculturalismo estatal –, e todos eles recorreram à ideia de cidadania nacional. Portanto, do ponto de vista multiculturalista, embora não do ponto de vista de seus críticos, a recente ênfase em coesão e cidadania, chamada “virada cívica”⁵¹, é um reequilíbrio necessário do multiculturalismo político da década de 1990, o qual, em grande parte, assumiu a forma de acomodação dos grupos, sendo ao mesmo tempo ambivalente em relação à identidade nacional⁵². Isso não invalida esta análise com base na qual a integração sem certa acomodação institucional, provavelmente, não será bem-sucedida. Com efeito, para os multiculturalistas, uma renovação da identidade nacional tem de ser distintamente plural e acolher as identidades minoritárias. Significa “repensar a história da nação” e incluir as minorias como personagens importantes,

⁴⁸Cf. TAYLOR, 1994.

⁴⁹Cf. PAREKH, 2000.

⁵⁰Cf. CMEB, 2000.

⁵¹Cf. MOURITSEN, P. Political responses to cultural conflict: reflections on the ambiguities of the civic turn. In: _____; JØRGENSEN K. E. (Ed.). *Constituting communities: political solutions to cultural conflict*. London: Palgrave, 2008. p. 1-30.

⁵²Cf. MEER; MODOOD, 2009a. Na década de 1990, o cosmopolitismo e o multiculturalismo na Grã-Bretanha começaram a ser associados a uma identidade nacional e sua modernização, como é o caso de “Cool Britannia” e “Rebranding Britain” (cf. LEONARD, M. *Britain TM: renewing our identity*. London: Demos, 1997), mas outros acolheram a globalização de braços abertos como uma era de “pós-nacionalismo”. (Cf. HALL, S. The question of cultural identity. In: HALL, S.; MCGREW, T. (Ed.). *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press, 1992b. p. 218-240; SOYSAL, Y. *Limits of citizenship: migrants and post national membership in Europe*. Chicago: Chicago University Press, 1994)

sem ofuscar as diferenças, mas tecendo-as em uma identidade comum na qual todos possam ver-se incluídos e dando a todos o sentimento de que pertencem uns aos outros⁵³. As minorias políticas são comuns nos Estados Unidos, mas, embora a maioria dos grupos honre suas origens, esses grupos procuram, também, a inclusão no sonho americano: serem aceitos – e o são – como norte-americanos “hifenizados” (italo-americanos, americano-asiáticos, etc.), e a tendência existe em partes da Europa Ocidental. Embora não essa tendência tenha sido plenamente aceita, pode ser que as nacionalidades hifenizadas venham a ser a norma aqui também.

6 CONCLUSÃO

Pode ser que todas as tentativas de modelos de integração, principalmente os modelos nacionais, estejam em crise e certamente são percebidos dessa forma. Contudo, podemos ter uma ideia melhor das questões e, conseqüentemente, do que precisa ser feito se, primeiro, reconhecermos que os discursos de integração e multiculturalismo são exercícios de conceitualização da diferença pós-imigração e que, por isso, funcionam em três níveis distintos: como sociologia (implícita), como resposta política e como visão do todo ao qual a diferença vai ser integrada. Dependendo da sociologia em questão, certas respostas políticas são possíveis ou não, ou mais, ou menos, razoáveis. As conclusões sociológicas e políticas são, assim, mutuamente dependentes. Segundo, apresentei uma estrutura em que quatro respostas políticas distintas – assimilação, integração individual, cosmopolitismo e multiculturalismo – iluminam-se reciprocamente e em que cada posição sucessiva procura incluir o que se considera faltar na anterior. No entanto, cada posição tem seus méritos e

⁵³Cf. CMEB 2000, p. 54-56; MODOOD, 2007, p. 145-154.

pode ser apropriada em certos contextos, dependendo da leitura socióloga do contexto. Cada uma delas tem um conceito próprio de cidadania igualitária, mas o valor de cada uma só pode ser realizado se não for imposto, mas, em vez disso, a escolha preferida de indivíduos e grupos da minoria, os quais, claro, sendo "multi", obrigatoriamente, farão opções distintas. Por isso é improvável que exista um só modelo apropriado para todos os grupos.

Para haver uma boa chance de integrar o máximo possível de membros das minorias, nenhuma dessas respostas políticas deve ser descartada. O comunitarismo étnico-religioso pode ser considerado indesejável atualmente pelos públicos e legisladores europeus, mas, quando se considera como os muçulmanos se tornaram fundamentais às perspectivas de integração em várias frentes, é improvável que a integração possa ser atingida sem um quê dessa abordagem, que está sendo praticada até pelos políticos que fazem discursos antimulticulturalistas. A percepção que tanto muçulmanos como as maiorias não muçulmanas têm deles como grupos está se enrobustecendo. Então, a questão fundamental é se devem ser estigmatizados como pessoas de fora ou reconhecidos como essenciais ao Estado.

Por último, não devemos negligenciar o terceiro nível analítico, o qual, em muitos aspectos, não incide sobre a questão de minorias, mas sim da maioria. O alargamento, a hifenização e a pluralização interna das identidades nacionais são essenciais para haver uma integração na qual todos os cidadãos não só têm direitos, mas também um sentimento de pertencimento ao todo, tal qual ao seu próprio "pequeno pelotão"⁵⁴.

⁵⁴“Ser anexado à subdivisão, amar o *pequeno pelotão* a que pertencemos... avançamos para o amor ao nosso país e à humanidade.” (BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Harmondsworth: Penguin, 1982. p. 135)

“Difference” and post-immigration integration

Abstract: It may be the case that all of the attempted models of integration are in crisis. We can, however, have a better sense of what the issues are if, firstly, we recognize that discourses on integration and multiculturalism are exercises in conceptualising post-immigration difference and, as such, operate at three distinct levels: as (implicit) sociology, as a political response, and as a vision of what is the whole in which difference is to be integrated. The term “difference” primarily refers to the way people are identified, how they identify themselves, how they identify others, and how others identify them. I suggest some possible scenarios after having identified “group difference” as the main concept for understanding the normative guidelines and their implicit sociology, assimilation, individualist-integration, cosmopolitanism, and multiculturalism. Each mode offers a different approach to freedom, equality, and civic unity. The enlargement, hyphenation, and internal pluralizing of national identities is essential to an integration in which all citizens have not just rights, but also a sense of belonging to the whole as well as to their own “little platoon”.

Keywords: Integration. Multiculturalism. Sense of belonging.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K. A. Identity, authenticity, survival: multicultural societies and social reproduction. In: GUTMANN, A. (Ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 149-164.

BANTING, K.; KYMLICKA, W. *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BARRY, B. *Culture and equality: an egalitarian critique of multiculturalism*. Cambridge: Polity, 2001.

BOUCHARD, G.; TAYLOR, C. *Building the future: a time for reconciliation*. Quebec: Commission on Accommodation Practices Related to Cultural Differences, 2008.

BRETT, J.; MORAN A. Cosmopolitan nationalism: ordinary people making sense of diversity. *Nations and Nationalism*, Oxford, v. 17, p. 188-206, 2011.

BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Harmondsworth: Penguin, 1982.

CAMERON, D. *PM's speech at Munich Security Conference*. 2011. Disponível em: <<http://www.number10.gov.uk/news/speeches-and-transcripts/2011/02/pms-speech-at-munich-security-conference-60293>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

CANTLE, T. *Community cohesion: a report of the independent review team*. London: Home Office, 2001.

COMMISSION ON MULTI-ETHNIC BRITAIN (CMEB) [COMISSÃO PARA UMA GRÃ-BRETANHA MULTIÉTNICA]. *The future of multi-ethnic Britain: report of the Commission the Future of Multi-Ethnic Britain*. London: Runnymede Trust, 2000.

EMERSON, M. (Ed.). *Interculturalism: Europe and its muslims in search of sound societal models*. Bruxelas: The Centre for European Policy Studies (CEPS), 2011.

FOX, Jon; MILLER-IDRISS, C. Everyday nationhood, *Ethnicities*, New Zealandand; Bristol, UK, v. 8, n. 4, p. 536-563, 2008.

GALLUP: The Gallup coexist project: muslim west facts Project, 2009. Disponível em: <http://www.euro-islam.info/wp-content/uploads/pdfs/gallup_coexist_2009_interfaith_relations_uk_france_germany.pdf>. Acesso em: 21 de jun. 2013.

GILROY, P. *Between camps: race, identity and nationalism at the end of the colour line*. London: Allen Lane, 2000.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Beyond the melting pot: the negroes, puerto ricans, jews, italians and irish of New York City*. Cambridge MA:

The MIT Press and Harvard University Press, 1963.

HALL, S. Aspiration and attitude: reflections on black Britain in the nineties. *New Formations*, Londres, v. 33, p. 38-46, 1998.

HALL, S. New ethnicities. In: DONALD, J.; RATTANSI, A. (Ed.). *"Race", culture and difference*. London: Sage, 1992a. p. 252-259.

HALL, S. The question of cultural identity. In: HALL, S.; MCGREW, T. (Ed.). *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press, 1992b. p. 218-240.

HARTMAN, D.; GERTEIS, J. Dealing with diversity: mapping multiculturalism in sociological terms. *Sociological Theory*, Washington, DC, v. 23, n. 2, p. 218-240, jun. 2005.

HEATH, A. F.; CHEUNG, S. Y. *Unequal chances: ethnic minorities in western labour markets*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEATH, A.; ROBERTS, J. *British identity: its sources and possible implications for civic attitudes and behaviour*. 2008. Disponível em: <<http://www.justice.gov.uk/docs/british-identity.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

JENKINS, R. Racial equality in Britain. In: LESTER, A. (Ed.). *Essays and speeches by Roy Jenkins*. London: Collins, 1967.

JOPPKE, C. *Citizenship and immigration*. Cambridge: Polity Books, 2010.

KOOPMANS, R. *et al. Contested citizenship: immigration and cultural diversity in Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

KYMLICKA, W. *Multicultural citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LEONARD, M. *Britain TM: renewing our identity*. London: Demos, 1997.

LOURY, G. C.; MODOOD, T.; TELES, S. M. (Ed.). *Ethnicity, social mobility and public policy: comparing the USA and UK*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MALIK, K. I am still a critic of multiculturalism, honest. *Pandemonium*, 2011. Disponível em: <<http://kenanmalik.wordpress.com/2011/02/10/still-a-critic-of-multiculturalism/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MEER, N.; MODOOD, T. How does interculturalism contrast with multiculturalism? *Journal of Intercultural Studies*, v. 33, n. 2, p. 175-197, 2012. Disponível em: <www.bristol.ac.uk/ethnicity/.../interculturalism.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MEER, N.; MODOOD, T. The multicultural state we're in: muslims, 'multiculture' and the 'civic re-balancing' of British multiculturalism. *Political Studies*, Londres, v. 57, p. 473-497, 2009.

MODOOD, T. Anti-essentialism, multiculturalism and the 'recognition' of religious minorities. *Journal of Political Philosophy*, Estados Unidos, v. 6, n. 4, p. 378-399, 1998.

MODOOD, T. *Multicultural politics: racism, ethnicity and muslims in Britain*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.

MODOOD, T. *Multiculturalism: a civic idea*. Cambridge: Polity Press, 2007.

MODOOD, T. Political blackness and british asians. *Sociology*, v. 28, n. 4, p. 859-876, 1994.

MODOOD, T.; DOBBERNACK J. A left communitarianism? What about multiculturalism? *Soundings*, Bristol, n. 48, p. 54-64, 2011.

MOURITSEN, P. Political responses to cultural conflict: reflections on the ambiguities of the civic turn. In: _____; JØRGENSEN K. E. (Ed.). *Constituting communities: political solutions to cultural conflict*. London: Palgrave, 2008. p. 1-30.

PAREKH, B. C. *Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2000.

PEACH, C. Muslim population of Europe: a brief overview of demographic trends and socio-economic integration. In: ANGENENDT, Steffen *et al.* *Muslim integration: challenging wisdom in Europe and the United States*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2007.

PEW RESEARCH CENTER *The great divide: how westerners and muslims view each other* 2006. Disponível em: <<http://pewglobal.org/2006/06/22/the-great-divide-how-westerners-and-muslims-view-each-other>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

PORTES, A.; ZHOU, M. The new second generation: segmented assimilation and its variants. *The annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 530, p. 74-96. 1993.

PRESSEUROP *Mutti Merkel handbags Multikulti* 2010. Disponível em: <<http://www.presseurop.eu/en/content/article/364091-mutti-merkel-handbags-multikulti>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

SEN, A. *Identity and violence*. Londres: Allen Lane, 2006.

SOYSAL, Y. *Limits of citizenship: migrants and post national membership in Europe*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, A. (Ed.). *Multiculturalism and “the politics of recognition”*: an essay. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

TRAVIS, A. *The need to belong: but with a strong faith*. 2002. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/uk/2002/jun/17/september11.religion1>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, Londres, v. 30, p. 1.024-1.054, 2007.

WALDRON, J. Minority cultures and the cosmopolitan alternative. *University of Michigan Journal of Law Reform*, Michigan, v. 25, p. 751-793, 1991.

WELDON, F. *Sacred cows*. London: Chatto & Windus, 1989.

Aceito em 29 de janeiro de 2013.